

## ASPECTOS INTERACIONAIS E CULTURAIS DA ORDEM NO ENSINO DE PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA ESTRANGEIROS (PL2E) NO MEIO MILITAR

Viviane Bousada Caetano da SILVA<sup>34</sup>

### RESUMO

O presente estudo se propõe a analisar o ato de fala ordem utilizado por militares do Exército Brasileiro com seus aspectos interacionais e culturais subjacentes, contribuindo, dessa maneira, para uma prática pedagógica mais eficiente do ensino de português para esse determinado grupo de estrangeiros. Se a língua é o reflexo de uma sociedade ou de um determinado grupo social; se as estruturas linguísticas estão intrinsecamente relacionadas aos aspectos culturais; e se esta pesquisadora atua em um contexto militar, ensinando português para militares estrangeiros em missão no Brasil, é justificável o estudo do ato ilocucionário da ordem, tão recorrente nesse grupo social baseado na hierarquia e na disciplina. Logo, qualquer professor que atue nesse contexto específico deve primeiramente aprender para depois saber transmitir a nuance e as peculiaridades desse ritual interacional nesse meio em questão. Dessa forma, para abordar o tema julga-se necessário recorrer à Teoria de Atos de Fala de Searle (1969) e à Teoria da Polidez de Brown e Levinson (1987), além da Comunicação Intercultural de Milton Bennett (1998; 2004) e do Cruzamento de Culturas de Hofstede (2010). Para tanto, estabelece-se um estudo de base qualitativa com uma abordagem temática e metodológica que lança mão de instrumentos de observação direta ou participante e da gravação em áudio da situação investigada, tendo como informantes militares do Exército Brasileiro para análise. Como resultado, pôde-se verificar o uso das estratégias de polidez positiva e/ou negativa, a fim de amenizar o ato de ameaça à face dependendo do contexto de interação. O estudo desse aspecto interacional relacionado à linguagem é necessária para que profissionais da área comecem a refletir sobre a sua própria língua, repassem essa visão para seus alunos e desfaçam uma possível ilusão etnocêntrica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interculturalismo, Ato de fala ordem, Ambiente militar, Português para estrangeiros

### 1. Introdução

O presente estudo visa a investigar como o ato de fala *ordem* se manifesta em militares do Exército Brasileiro, contribuindo, dessa maneira, para uma prática

---

34 PUC-RIO, Departamento de Letras, Rua Marquês de São Vicente, 225 – Gávea. CEP: 22451-900 – Rio de Janeiro - RJ, Brasil. E-mail: [vivianebscs@hotmail.com](mailto:vivianebscs@hotmail.com)

pedagógica mais eficiente do ensino de português para esse determinado grupo de estrangeiros.

A proposta nesta pesquisa contempla a necessidade de estudarmos mais profundamente o emprego do ato de fala *ordem* no ambiente militar e, conseqüentemente, de estabelecermos práticas pedagógicas que deem conta do ensino dessas estruturas com ênfase na cultura subjetiva<sup>35</sup> para os militares estrangeiros que aprendam o português. Quando tratamos de militares neste trabalho, referimo-nos aos oficiais da linha bélica do Exército Brasileiro.

A motivação para estudar atos de fala se originou da percepção do fato de a língua ser o reflexo de uma sociedade e de as estruturas linguísticas estarem intrinsecamente relacionadas aos aspectos culturais e interacionais. Já a motivação de estudar especificamente o ato de fala *ordem* se originou do fato de a pesquisadora ser militar, capitão de carreira da área do magistério do Exército Brasileiro e de trabalhar ministrando aulas de espanhol para militares designados para alguma missão no exterior em países hispânicos e de português para militares das nações amigas que vêm fazer algum curso em escolas militares brasileiras. Logo, se esta pesquisadora atua em um contexto militar, nada mais plausível que o estudo do ato ilocucionário da *ordem* tão recorrente nesse grupo social baseado na hierarquia e na disciplina.

A compreensão de rituais interacionais, que diferem culturalmente, é muito importante para um estrangeiro. Logo, neste contexto específico de *ordem* para um determinado grupo social, perguntamo-nos de que modo parâmetros como *poder* e *distância social*, além da variável contextual *pressa*, constituem essa interface na enunciação e como influenciam ou orientam o uso de estratégias de (im)polidez no discurso.

No sentido de entendermos melhor como ocorre o processo de formulação do ato de fala *ordem* no contexto de militares do Exército Brasileiro, bem como, de elaborarmos uma classificação pedagógica para proporcionar ao professor de PL2E ferramentas para o ensino de uma língua mais apropriada em relação ao seu contexto de uso, assegurando uma melhor competência comunicativa e, conseqüentemente, uma melhor relação social dos alunos nesse idioma, estabelecemos algumas hipóteses que conduzirão o nosso estudo: (i) a ordem no meio militar é enunciada de uma maneira direta; (ii) as ordens para militares com grande distância social e grande distância

---

35 Bennet, 1998 (cf. Cap 2).

hierárquica possuem elementos impositivos na enunciação; (iii) as ordens para militares com grande proximidade social e pequena distância hierárquica possuem elementos suavizadores na enunciação; (iv) os subordinados com pequena distância hierárquica recebem ordem mais suavizada que os de grande distância hierárquica, quando a situação é urgente; (v) as ordens em situação sem urgência e em situação com urgência são do mesmo tipo, quando são direcionadas a subordinados com grande distância hierárquica; (vi) as ordens em situação sem urgência e em situação com urgência são do mesmo tipo, quando são direcionadas a subordinados com pequena distância hierárquica; e (vii) os subordinados com pequena distância hierárquica recebem ordem mais suavizada que os de grande distância hierárquica, quando a situação não é urgente.

Com esses parâmetros, que, de acordo com as nossas hipóteses interferem no ato de dar uma ordem no meio militar, além do objetivo elencado anteriormente, pudemos identificar os tipos de ordem enunciadas, propor uma classificação desses tipos e analisar em que circunstâncias contextuais e de que maneira essas ordens são emitidas.

Dessa forma, para abordar o tema do ato de fala *ordem* em contexto militar, julgamos necessário recorrer a uma abordagem teórica de ordem interdisciplinar. Dita abordagem se baseia na relação de interface entre aspectos interculturais e aspectos interacionais e pragmáticos.

Quanto à organização do trabalho, este artigo está dividido em cinco seções. Na primeira, temos esta introdução com a apresentação das linhas gerais da pesquisa empreendida. A segunda seção é dedicada aos pressupostos teóricos que norteiam esta investigação. Na terceira seção são apresentados os aspectos metodológicos empregados na elaboração e desenvolvimento deste artigo. Na quarta seção temos a análise dos dados da investigação empreendida. Por último, na quinta seção, discorreremos sobre as nossas considerações finais.

## **2. Pressupostos teóricos**

### **2.1. Aspectos interculturais**

Atualmente percebemos que, além da visão estrutural e gramatical no ensino de língua estrangeira, é necessário e muito importante o trabalho com a abordagem interculturalista, já que dita visão permitirá também que o aprendiz produza sentenças

adequadas em relação a um contexto, além de aprender a se comportar adequadamente de acordo com as expectativas daquela sociedade estrangeira na qual está se inserindo.

Reunindo estes aspectos da identidade social do brasileiro, podemos, com razoável facilidade, compreender o que eles representam em relação ao uso da linguagem. O português do Brasil é – e não poderia ser de outra maneira – diverso, flexível informal, sensual. E é exatamente por causa dessa sua natureza múltipla que ensinar português para estrangeiros torna-se especialmente desafiador: quando o foco desse processo ensino/aprendizagem está colocado no comportamento social lingüístico esperado do falante de português, e não apenas em estruturas e/ou regras gramaticais, há todo um universo de conhecimento, todo um conjunto de valores, atitudes, crenças, rituais sociais a serem conhecidos, assimilados, aceitos e, espera-se, utilizados com eficiência. (MEYER, 2004, p. 80)

Sendo assim, ensinar LE é mais do que ensinar as estruturas gramaticais de uma língua em si. É passar para os alunos uma gama de dados culturais, de juízos de valores, de comportamentos e crenças que interferem na comunicação e nas expectativas interacionais. Com isso, é importante que um professor de PL2E, por exemplo, tenha o conhecimento e saiba explorar dados e ferramentas para tornar a comunicação intercultural dos seus alunos mais eficiente.

### **2.1.1. Cultura de alto contexto e de baixo contexto**

Um conceito intercultural importante neste trabalho é o de cultura de alto contexto e de baixo contexto de Hall (1998). Na comunicação de culturas predominantemente de alto contexto a maior parte das informações não está explícita no discurso, mas nas próprias atitudes do interlocutor como na sua expressão facial, atitudes corporais, recursos prosódicos, indiretividade e mitigação do enunciado. Já na comunicação de culturas predominantemente de baixo contexto os indivíduos tendem a ser mais diretos, ou seja, as informações estão explícitas no texto. O Brasil é considerado uma cultura de alto contexto, pois os brasileiros evitam entrar em choque com seu interlocutor. Para tanto, o professor deve saber explorar em uma prática pedagógica mais eficiente o fato de o português do Brasil ser uma língua de uma cultura de alto contexto, que prefere atos indiretos, pois o brasileiro tem dificuldade de lidar com atos de fala despreferidos como uma ordem, por exemplo, tendo dificuldade de mandar de uma maneira impositiva e direta, visto que os brasileiros evitam entrar em

choque com seu interlocutor. No entanto, não necessariamente o discurso do grupo social que pretendemos estudar, o militar, seria um discurso de alto contexto, pelo menos não tanto quanto o dos brasileiros em geral.

### **2.1.2 Cultura objetiva e cultura subjetiva**

Segundo Bennett (1998), a comunicação intercultural está baseada na diferença. A cultura de um determinado grupo se baseia em certo padrão de comportamento, valores e língua. Bennett (1998) diferencia *cultura objetiva* de *cultura subjetiva*. A primeira são comportamentos que foram estabelecidos como manifestações rotineiras em um grupo social que as singulariza, ou seja, são manifestações artísticas, econômicas, políticas e históricas de um determinado povo, por exemplo. A segunda se refere a aspectos psicológicos que definem um determinado grupo, como seu pensamento e comportamento, ou seja, seria o padrão aprendido e socializado como adequado de comportamento, crenças e valores na interação cotidiana. A compreensão da cultura objetiva gera conhecimento, mas não necessariamente conduz a uma competência lingüística, ao contrário da cultura subjetiva. Ao tratarmos de questões culturais de um ato de fala como a ordem, assunto deste trabalho, referimo-nos a aspectos da cultura subjetiva.

### **2.1.3. Dimensões culturais**

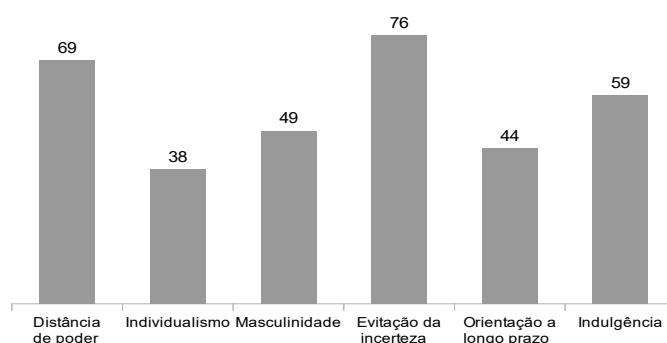
De acordo com Hofstede (2010), que desenvolveu uma pesquisa intercultural em ambiente institucional – IBM - em mais de 70 países, a cultura provê valores que vão inserir um determinado membro em um grupo social, definindo um grupo como um círculo moral. A cultura inspira símbolos, heróis, rituais, leis e outros tipos de práticas. No entanto, seu cerne está em valores inconscientes. Portanto, cultura rege tanto questões de interação em um determinado grupo quanto características advindas dessa interação como questão de autoridade, gênero, moral, expectativas e emoções. Cultura afeta os diversos âmbitos da vida, seja profissional ou pessoal e varia de acordo com o grupo social a que o indivíduo pertença, por isso Hofstede (2010) cria um modelo de dimensões culturais. Ditas dimensões são seis: distância de poder, individualismo, masculinidade, “evitação” ou aversão de incerteza, orientação a longo prazo e

indulgência. Neste trabalho somente abordaremos duas das seis dimensões citadas, por terem importância diretamente com a questão da ordem, que são a questão do poder e da avitação ou aversão à incerteza.

Com relação à distância de poder, Hofstede (Idem) afirma que seria a extensão ou a maneira como o membro menos poderoso de uma instituição de uma determinada sociedade aceita e espera que o poder esteja distribuído, ou seja, até que ponto o poder é aceito em um determinado grupo social como normal e esperado. Essa aceitação social da desigualdade de poder é definida de baixo para cima, sugerindo que a questão social do poder é endossada muito mais pelos subordinados do que pelos chefes.

Já a *evitação* ou *aversão de incerteza*, trata do grau de tolerância de um grupo social com relação à incerteza ou ambiguidade, ou seja, de como os membros dessa sociedade lidam com situações inesperadas. Segundo Hofstede (Idem), sociedades que evitam a incerteza tentam minimizar a possibilidade de tais situações com a criação de regras e leis, medidas seguras e crença de uma verdade absoluta, ou seja, são sociedades em que se tenta minimizar que um membro de uma determinada cultura se sinta ameaçado por situações ambíguas ou desconhecidas.

Com relação ao Brasil, tanto a pontuação da dimensão de distância de poder como da *evitação* da incerteza são altos, indicando que possuímos uma sociedade hierárquica e que evita situações ambíguas por meio de normas. Para ilustrar, temos o seguinte gráfico das seis dimensões culturais de Hofstede (2010) para o Brasil, disponível no *site* do referido autor, para que possamos analisar:



(HOFSTEDDE, G. <http://geert-hofstede.com/brazil.html>. Acessado em 06/02/2015.)

**Figura 1** – Dimensões culturais do Brasil

Com o modelo de Hofstede (2010) podemos perceber que a identidade cultural de um grupo social é definida por imagens sociais pré-estabelecidas. Isso se reflete também

na língua de interação desse grupo e na expectativa de comportamento social pré-determinada.

## **2.2 Aspectos interacionais e pragmáticos**

### **2.2.1 Atos de Fala**

Por tratarmos de aspectos específicos sobre Atos de Fala, unidades básicas de significação, este trabalho se baseia na teoria de Atos de Fala desenvolvida por Austin (1962), aprofundada e complementada por Searle (1969). Além disso, recorreremos a Kerbrat-Orecchioni (2001), que também trata desse assunto, a fim de descrevermos e analisarmos o ato de fala *ordem*, tema desta pesquisa.

Austin (1969) afirma que todos os enunciado são dotados de uma força ilocucionária, isto é, de um valor, de uma intenção no ato da linguagem. Afirma também existirem três tipos de atos: locucionários, que são a formulação de uma proposição; ilocucionários, que são a intenção comunicativa que temos no próprio ato de falar, ou seja, um ato social reconhecido convencionalmente como uma ordem, uma sugestão, um elogio, um agradecimento, por exemplo; e perlocucionários, que se referem aos efeitos que certa mensagem proferida pelo enunciador causa no receptor. Cabe enfatizar mais uma vez que os atos ilocucionários possuem uma força ilocucionária associada, isto é, essa força faz parte do significado da proposição, pois expressa a intenção do enunciador.

Segundo Searle (1969), com relação à teoria dos Atos de Fala, falar uma língua é proferi-los. Atos como dar ordens, fazer promessas, elogiar, cumprimentar, despedir-se, dar sugestões, desculpar-se etc, são atos de fala. Esses atos só são possíveis de acordo com certas regras de uso de elementos linguísticos. Essas regras de uso dependem de dados culturais. Para Searle (Idem), em sua análise de ato ilocucionário, devemos capturar a intenção e a convenção de aspectos relacionados com este ato. Uma das categorias de atos de fala que Searle (Idem) propõe é a de diretivas. Nas diretivas, onde se encaixam as *ordens*, o enunciador forma uma proposição (ato locucionário) e este possui uma variedade de atos ilocucionários (intenções comunicativas) para se expressar. Cada uma dessas opções carrega uma força ilocucionária. Logo, a força ilocucionária se aplica ao conteúdo da proposição (ato locucionário) para lhe dar seu valor total. O ato ilocucionário com a sua força é usado pelo enunciador baseado nos seus conhecimentos e experiência em regras socioculturais daquela língua e sociedade.

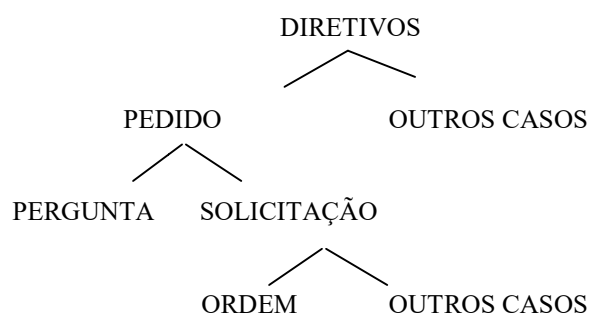
A força ilocucionária precisa preencher condições ideais para que um ato se realize com sucesso. No caso da ordem, por exemplo, uma condição essencial para que este ato se realize é que o enunciador, ao emitir uma ordem, exerça autoridade sobre o co-enunciador (premissa dada por uma condição institucional) e que aquele queira que se realize o ato em questão (condição de sinceridade). Além disso, o co-enunciador deve reunir condições para a execução da ordem como meios para tal e disposição psicológica. Se as condições de sucesso não forem reunidas, o ato de fala pode fracassar, mas não vai deixar de ser uma ordem.

Searle (Idem) também afirma que os atos de fala podem ser diretos ou indiretos. Os indiretos são realizados por meio de indiretividade através de outro ato ilocucionário. No entanto, por inferência do co-enunciador e pelo fato de os interlocutores partilharem da mesma expectativa de uso, de comportamento e de interação sociocultural em uma determinada sociedade, os interactantes sabem a verdadeira força ilocucionária em cena. Sendo assim, o ato ilocucionário indireto obtém sucesso.

Em outras palavras, não há uma correspondência biunívoca entre a forma (ato locucionário) e o valor (ato ilocucionário), já que um ato ilocucionário pode se manifestar de diferentes formas (locutório) ou, ainda, um mesmo ato locucionário, dependendo do contexto, pode ter valores ilocucionários distintos. No entanto, existe, para cada língua, certo número de formas indiretas convencionalizadas de atos de fala que os integrantes de uma dada sociedade sabem inferir de acordo com o contexto. Vale ressaltar que um ato de fala proferido indiretamente está sujeito a mal-entendidos e a negociações entre os interlocutores.

Ainda sobre a classificação de atos de fala diretivos de Searle (1969, apud Kerbrat-Orecchioni, 2005, p.99), para este, tanto a ordem quanto a pergunta são atos classificados como diretivos, pois com esses dois atos o enunciador tenta com que os outros façam algo. Sob esse aspecto a pergunta seria um caso particular de ordem, visto que seria uma espécie de “fazer” particular: o de “dizer”. Ex.: *que dia é hoje?* = *Diga-me que dia é hoje*. Contudo, Kerbrat-Orecchioni (2005) admite que convém opor o pedido de um ‘dizer’ (pergunta) ao pedido de um ‘fazer’ (solicitação). Além disso, tanto a pergunta quanto à solicitação fazem parte de uma mesma categoria: pedidos.

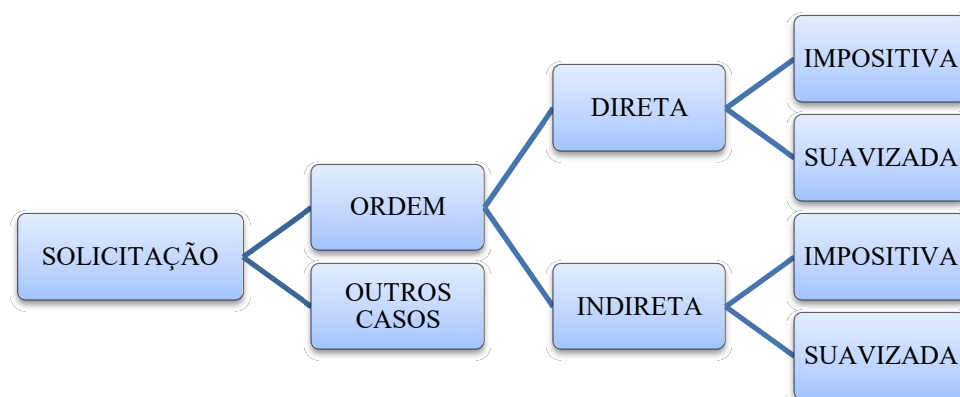




(Kerbrat-Orecchioni, 2005, p. 100)

**Figura 2** – Ordem dentro da categorização de diretivos

A partir desta figura, propomos neste trabalho como contribuição própria ao tema do ato de fala *ordem*, a seguinte figura como desdobramento, na qual incluímos as categorias de ordem direta impositiva, direta suavizada, indireta impositiva e indireta suavizada, em relação à proposta original:



**Figura 3** – Categorização dos tipos de ordem

Em resumo, o valor de um ato de fala em geral deriva da sua força ilocucionária intrínseca e da sua formulação, que pode ser mais direta ou mais suavizada. Não obstante, esse valor e poder das enunciações somente se tornam efetivos se o contexto institucional o permitir. Para tanto, no próximo item, trataremos da modalização discursiva e da teoria da polidez.

### 2.2.2. Modalização discursiva

Os modalizadores são elementos lingüísticos que indicam as intenções, sentimentos e atitudes do enunciador perante seu enunciado. Por meio desses elementos, verificamos o tipo de ato de fala que o enunciador deseja; o maior ou menor grau de engajamento do enunciador com relação ao conteúdo da proposição; as conclusões apontadas pelo enunciado; os possíveis encadeamentos de continuação etc, ou seja, por

meio dos modalizadores podemos perceber se o modo como aquilo que se diz foi realmente dito e quais eram as intenções comunicativas de dizê-lo dessa maneira.

Segundo Castilho (2010), podemos classificar os modalizadores de uma enunciação em três grupos: epistêmicos, deônticos e discursivos ou pragmáticos. Esses modalizadores podem ser verbos ou adjetivos. Neste trabalho, abordaremos somente os modalizadores deônticos.

Os modalizadores deônticos indicam que o enunciador considera que algo deve ou precisa ocorrer. Exemplo: Sargento, *você **tem que** abrir, abra o portão lateral*. É um estado de fatos ou ações que precisam obrigatoriamente acontecer. Nesta modalização não são importantes o valor de verdade da sentença (modalizador epistêmico) ou as reações emotivas do enunciador (modalizador discursivo ou pragmático). Segundo Castilho (2010), a modalização deôntica de um ponto de vista mais amplo se divide em quatro: obrigação, proibição, permissão e volição. Quirk et al. (1985, Apud Castilho, 2010) consideram a modalidade deôntica como intrínseca, pois há um controle humano sobre os eventos.

Com relação aos tipos de modalizadores deônticos, podemos afirmar que a matriz de obrigatoriedade expressa que o conteúdo do enunciado deve ocorrer obrigatoriamente e o interlocutor fatalmente deve obedecê-lo. Na proibição, como o próprio nome já indica, o conteúdo do enunciado é algo proibido para o interlocutor. A permissão, também chamada de possibilidade por Neves (2000), ocorre quando o conteúdo do enunciado é algo permitido para o interlocutor e lhe é facultativo realizá-lo ou não. Por fim, a matriz volitiva é um modalizador que apresenta o conteúdo como um desejo do enunciador, mas que reforça a autoridade deste e deve ser cumprido se existe relação de poder envolvida.

Ainda podemos perceber, segundo Nascimento (2010), que as enunciações marcadas por modalizadores deônticos podem ser: diretamente expressas ao interlocutor, indiretamente expressas ao interlocutor, ou inclusiva/universal. Este último, a partir do momento que o locutor se inclui no enunciado, convence o outro da obrigação, distribui tarefas e responsabilidades a todos e aproxima o seu subordinado. Acentuar ou reforçar o enunciado serve como estratégia para que o locutor mostre o seu ponto de vista ou a sua maneira de lidar com o ato de fala. Além disso, serve para que o interlocutor entenda como reagir à enunciação.

### 2.2.3. Polidez

Segundo Goffman (1971, pp.88-89), *ritual* é um ato convencionalizado, mecânico, que demonstra que o indivíduo respeita e considera certas regras e convenções. Já a *face* é como se fosse uma auto-imagem pública aprovada por atributos sociais. Ainda segundo este, todos vivem em um mundo de encontros sociais e, para tanto, uma pessoa pode agir de acordo com duas linhas: orientação defensiva, salvando a própria face; e uma orientação protetora, salvando a face do outro.

Na teoria da Polidez de Brown e Levinson (1978; 1987), a face é constituída de dois lados: a positiva, baseada no desejo do ser humano de ser aprovado, admirado, querido e compreendido; e a negativa, calcada no desejo de ter a individualidade respeitada, sem sofrer sanções impositivas. Logo, os participantes da interação tendem a mostrar auto-respeito, de modo a evitar comportamentos que não condigam com a imagem reivindicada; e a mostrar consideração pelo outro, sustentando sua imagem ou evitando o desmascaramento social.

No entanto, o objetivo comunicativo pode levar a *atos de ameaça à face* (AAF) por parte tanto do falante quanto do ouvinte, pois toda interação interpessoal de um indivíduo ameaça a face seja positiva ou negativa dos interlocutores. Essas ameaças são necessárias para uma efetiva comunicação e podem ser administradas pelo falante através das estratégias de polidez, que consistem na minimização das ameaças segundo: o desejo de ser eficiente; o desejo de manter ao máximo a face do ouvinte; e o desejo de comunicar o conteúdo presente no AAF. Se o desejo de manter a face do ouvinte for maior que o de ser eficiente, o falante vai desejar minimizar a ameaça de seu AAF.

Baseada em um modelo hierarquizado de estratégias de polidez, Brown e Levinson (Idem) tratam de três variáveis que influenciam na relação interpessoal e na estratégia de polidez: *poder*, *distância social* e *risco*. *Poder* seria a relação hierárquica, verticalizada entre o enunciador e o co-enunciador. Com relação à *distância social*, quanto maior a distância, relação horizontalizada, mais mitigado seria o discurso. E, por fim, o fator *risco*, é entendido como a carga ou peso contextual/cultural do conteúdo do enunciado entre os interagentes como um possível AAF, ou seja, um fator de risco.

Para produzir um ato de fala ameaçador da face como uma ordem, por exemplo, de acordo com o modelo de Brown e Levinson (Idem), o enunciador teria as seguintes opções: (1) fazê-la diretamente, sem mitigação, o que Brown e Levinson (Idem) denominaram “*bald on-record*”; (2) fazê-la por meio do uso de estratégias de polidez

positiva, ou seja, indicando de alguma maneira solidariedade pelo interactante; (3) usar mecanismos da polidez negativa que ofereçam ao ouvinte uma “opção”, protegendo a face negativa do outro ao respeitá-lo e não coagi-lo; ou (4) tirar totalmente a responsabilidade de quem deve realizar a ação através de uma performance altamente mitigada, indiretiva, que necessita de muita inferência, que Brown e Levinson (Idem) denominaram “*off-record*”.

Após esse panorama da polidez na interação, percebemos que isso somente é possível pelo fato de os interactantes compartilharem princípios interacionais baseados na cultura e na expectativa comportamental de uma determinada sociedade. Esses princípios não só nos habilitam a nos comunicar como também a fazer inferências e a nos comportar de uma maneira considerada apropriada, de acordo com a situação e a sua relação com o interlocutor.

### 3. Metodologia

Neste artigo tratamos da análise de um questionário passado para vinte militares do Exército Brasileiro entre oficiais, subtenentes e sargentos entre maio e julho de 2014. Esses militares eram alunos dessa pesquisadora e estavam fazendo um curso intensivo de espanhol, pois haviam sido designados para uma missão no exterior. O questionário foi baseado nas quatro situações-problema de gravações em áudio feitas com outros seis informantes, também alunos de espanhol dessa pesquisadora, entre os meses de setembro e outubro de 2012.

Em cada situação do questionário, o informante deveria marcar uma das seis opções de ordens que utilizaria. Todos os seis enunciados eram iguais para as quatro situações, a fim de que pudéssemos ter um parâmetro de comparação. As seis sentenças foram escolhidas das transcrições das gravações em áudio que tínhamos e foram, respectivamente, dois exemplos de ordem direta impositiva; dois de ordem indireta impositiva; e dois de ordem indireta suavizada. Não figurou exemplo de ordem direta suavizada, pois não foi encontrada nenhuma sentença com a estrutura verbal diferenciada para esta categoria. No *corpus* esta categoria consta da estrutura verbal da ordem direta impositiva com expressões suavizadoras de cortesia como “por favor”, “por gentileza”, “por obséquio” etc.

Para a análise do questionário foi utilizado um teste não-paramétrico para pequenas amostras, interessante para comprovação de análise de dados em pesquisas qualitativas, denominado “teste do sinal”. Este é um teste considerado não-paramétrico porque testa situações diferentes de parâmetros populacionais.

Segundo Siegel e Castelan Jr., 2006, o teste do sinal recebe esse nome pelo fato de usar os sinais “+” ou “-” em vez de medidas quantitativas. Em uma análise qualitativa, a mensuração quantitativa é inexequível. No entanto, o teste do sinal é útil quando pretendemos identificar se duas condições ou situações podem ser consideradas diferentes ou não em algum sentido. Esse teste não faz qualquer suposição sobre a forma de distribuição das diferenças encontradas. A única exigência é que dentro de cada par de condições/situações se tenha feito a combinação de acordo com as variáveis estranhas relevantes. Siegel e Castelan Jr. (2006, p.29) afirmam que:

[...] nosso procedimento é rejeitar  $H_0$  [hipótese nula] em favor de  $H_1$  [hipótese alternativa] se um teste estatístico dá um valor cuja probabilidade é menor ou igual a alguma pequena probabilidade, usualmente denotada por  $\alpha$ . Esta probabilidade é chamada de níveis de significância. Valores comuns para  $\alpha$  são 0,05 e 0,01.

Sendo assim, dentre esses dois valores comuns de referência para  $\alpha$ , adotamos o de 0,05 e acreditamos que este valor considerado foi suficiente para a aceitação ou rejeição da  $H_0$  nesta pesquisa.

Já as formas como o superior emitem ordens aos subordinados foram exploradas em quatro situações neste teste, levando-se em consideração as seguintes características, são elas: (1) A ordem é urgente e existe grande distância hierárquica entre superior e subordinado; (2) A ordem é urgente e existe pequena distância hierárquica entre superior e subordinado; (3) A ordem não é urgente e existe grande distância hierárquica entre superior e subordinado; e (4) A ordem não é urgente e existe pequena distância hierárquica entre superior e subordinado.

Como em cada situação são exploradas duas características essenciais, urgência na ordem e distância hierárquica – esta última conjugada com a proximidade social -, as hipóteses a serem testadas estipularam um confronto entre as situações mantendo uma característica comum e outra distinta com o objetivo de averiguar a existência de diferentes discursos/enunciados nas características distintas das situações.

Com esse instrumento, analisamos na próxima seção o resultado, confrontando, relacionando, apresentando e classificando os padrões linguísticos-comportamentais e

interacionais dos militares brasileiros com relação ao ato de fala *ordem*, levando-se em consideração diferentes contextos situacionais e fatores como urgência, poder hierárquico e distância social como ato de ameaça a face.

#### 4. Análise dos dados

Conforme observado na proposta do questionário (cf. anexo) e mencionado na metodologia (cf. seção 3), na situação I a ordem é urgente e existe grande distância hierárquica entre superior e subordinado; na situação II a ordem é urgente e existe pequena distância hierárquica entre superior e subordinado, além de uma relação de amizade entre eles; na situação III a ordem não é urgente e existe grande distância hierárquica entre superior e subordinado; e na situação IV a ordem não é urgente e existe pequena distância hierárquica entre superior e subordinado. Quanto às seis opções de respostas, elas estão agrupadas duas a duas desde o tipo direto impositivo até o indireto suavizado:

**Quadro 1** – Distribuição e explicação das opções de sentenças do questionário.

Tipo de ordem	Opção do questionário	Estrutura linguística	Função	Intenção
Direta impositiva	(1) Silva, <u>faça</u> isso.	Imperativo formal. Sujeito “você”.	Ordem	Ordem
	(2) Silva, <u>pega</u> lá aquele documento para mim.	Presente do indicativo - Imperativo informal. Sujeito “você”.	Ordem	Ordem
Indireta impositiva	(3) Eu <u>quero que</u> você, /.../, <u>faça</u> com que a sua equipe <u>resolva</u> esse problema...	Matriz com verbo volitivo <u>querer</u> na 1ª pess. sing. presente Ind., levando subordinada para o presente do Subjuntivo. Sujeito “eu”.	Manifestação de um desejo autoritário	Ordem
	(4) Silva, você <u>vai</u> <u>pegar</u> a sua equipe, <u>vai</u> <u>entrar</u> nas viaturas.	Locução verbal que indica ação futura Ir (presente indicativo) + infinitivo. Sujeito “você”.	Constatação de um evento futuro obrigatório para o ouvinte.	Ordem
Indireta suavizada	(5) Silva, /.../ eu <u>gostaria que</u> você <u>observasse</u> as diretrizes que foram emitidas /.../	Matriz com verbo volitivo <u>querer</u> na 1ª pess. sing. futuro do	Manifestação de um desejo suavizado – marcador de	Ordem

		pretérito, levando subordinada para o Imperfeito do Subjuntivo. Sujeito “eu”.	cortesia (Fut. Pret.).	
	(6) Ô, Silva, você <u>pode fazer</u> esse ofício para mim?	Frase interrogativa utilizando locução verbal com Poder (presente indicativo) + infinitivo. Sujeito “você”.	Pergunta, denotando um ato ilocucionário indireto de pedido.	Ordem

O resultado do teste do sinal das ordens que os militares usariam em cada uma das quatro situações-problema proposta, mencionado na seção 3, foi o seguinte:

**Quadro 2** – Resultado do Teste do Sinal

Teste de Hipótese	Teste do sinal (P-valor)	Decisão
1	0,07	Não se pode rejeitar H0
2	0,50	Não se pode rejeitar H0
3	0,11	Não se pode rejeitar H0
4	0,01	Rejeita-se H0

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA

Com esse resultado do teste, pudemos comprovar que variáveis como distância de poder, distância social e fatores contextuais como a urgência da solicitação influenciaram na escolha da estrutura da enunciação, pois depreendemos que:

(I) Os subordinados com pequena distância hierárquica e os com grande distância hierárquica recebem o mesmo tipo de ordem quando a situação é urgente, contrariando nossa hipótese inicial de que os subordinados com pequena distância hierárquica receberiam ordem mais suavizada que os de grande distância hierárquica, quando a situação fosse urgente. No entanto, esse resultado se mostrou próximo ao limiar, pois ficou em 0,07;

(II) As ordens em situação sem urgência e em situação com urgência são do mesmo tipo, quando são direcionadas a subordinados com grande distância hierárquica. Podemos afirmar que houve uma preferência pelo tipo de ordem mais impositivo, ou seja, ordem direta impositiva com o presente do indicativo e ordem indireta impositiva. O uso do Imperativo formal teve certa escolha no contexto de urgência, mas nenhuma escolha no de não urgência. Neste contexto de grande distância de poder houve a preferência por ser claro e objetivo, não deixando muita opção para o interlocutor;

(III) As ordens em situação sem urgência e em situação com urgência são do mesmo tipo, quando são direcionadas a subordinados com pequena distância hierárquica. Constatamos que houve uma preferência pelo tipo de ordem indireta suavizada por meio de pergunta em forma de pedido independente da urgência. Como

as situações ainda envolvem diferença de poder, o interlocutor deve inferir que se trata de uma ordem, e que mesmo que o enunciador lhe dê opções, é por solidariedade, minimizando o AAF envolvido na interação. O que importou mais no discurso foram as variáveis alta proximidade social e pequena distância hierárquica, fazendo com que o enunciado fosse indireto; e

(IV) Os subordinados com pequena distância hierárquica recebem ordem mais suavizada que os de grande distância hierárquica, quando a situação não é urgente. Houve uma preferência de uso para o grupo de grande distância hierárquica de ordens diretas e indiretas impositivas, excetuando-se as com o Imperativo. Já a preferência de uso para o grupo de pequena distância hierárquica e grande proximidade social foram as ordens indiretas suavizadas por meio de pergunta em forma de pedido.

Em suma, a ordem no meio militar tendeu a ser enunciada de uma maneira clara e objetiva nas situações que envolviam grande distância hierárquica, pois essas ordens possuíam elementos impositivos na enunciação, seja por meio do ato ilocucionário ordem ou por um ato indireto convencionado como ordem na sociedade brasileira. Isso confirmou a nossa hipótese de que as ordens para militares com grande distância social e grande distância hierárquica possuem elementos impositivos na enunciação.

Já as ordens para militares de pequena distância hierárquica e grande proximidade social tenderam a ser enunciadas de maneira indireta, mitigada e com necessidade de inferência, pois essas ordens possuíam elementos suavizadores da enunciação, comprovando que as ordens para militares com grande proximidade social e pequena distância hierárquica possuem ditos elementos.

Quanto ao fator contextual urgência e não urgência, combinado com a distância de poder e social, corroborou a uma gradação de mais ou menos diretividade na escolha do enunciado. Com isso, a nossa hipótese de que a ordem no meio militar é enunciada de uma maneira direta foi parcialmente comprovada, pois depende da situação e do contexto, mesmo nesse meio.

Nos dados também observamos a questão do rechaço ao uso do imperativo e a preferência, em detrimento, pela ordem direta com o presente do indicativo. Isso se deve ao fato de que, além da forma com o imperativo, na maior parte do Brasil, impor uma formalidade no registro de uso, impõe também uma atitude de mais autoritarismo. Por essa razão, existe a preferência pelo uso do presente do indicativo em substituição ao Imperativo, já que traz uma maior informalidade ao registro da fala e também certa modalização do autoritarismo e ameaça a face imposta por uma ordem direta.



No entanto, observamos também que, para ordens em situação de urgência para subordinados com grande distância hierárquica, 25% dos informantes disseram que enunciariam a ordem com o imperativo. Com a introdução do fator pressa nesse contexto de relação de trabalho estaria justificado, de certo modo, este uso, pois essas regras fazem parte desta comunidade de prática nessa situação.

Com relação à questão da ordem indireta impositiva, observamos uma preferência de escolha, assim como a direta com presente do indicativo, nas ordens para subordinados com grande distância hierárquica com ou sem urgência. Isso se deve ao fato de que se optou pela clareza da mensagem, sem necessidade de inferência do interlocutor, como uma lista de instruções para execução. Esse ato, apesar de objetivo, é indireto, pois os enunciados ocorreram por meio de asserções de futuro próximo a serem executadas pelo interlocutor e de desejos autoritários do enunciador. Como existe distância de poder, este ato indireto é convencionado neste meio como uma ordem a ser providenciada por quem a ouve. Este tipo de ordem, por ser impositiva, não foi a preferência de uso para os subordinados com baixa distância de poder.

Por último, observamos nos dados do teste do sinal que a questão da ordem indireta suavizada por meio de pergunta em forma de pedido foi a preferência de uso para ordens a subordinados de pequena distância hierárquica e alta proximidade social. Isso se deve ao fato de o superior lidar com o seu subordinado próximo na base da cooperação, sem que este se sinta coagido. Por essa escolha na interação, o interlocutor julga que a proteção da face é mais importante que o conteúdo impositivo da mensagem. Porém, esse subordinado partilha das convenções e expectativas de comportamento deste grupo social e infere que a solicitação, apesar de ser solidária e oferecer uma pretensa opção, deve ser cumprida.

Em contrapartida, podemos afirmar que houve um rechaço pelo uso da ordem indireta suavizada com o volitivo no futuro do pretérito em todas as situações, independentemente de poder, distância social ou pressa. Ocorreu essa baixa incidência, pois se trata de um marcador de muita polidez para uma ordem, dando margem a muita opção ao interlocutor e precisando de muita inferência de um subordinado de grande distância hierárquica. Por outro lado, é desnecessária toda essa cortesia e formalidade no trato para um subordinado próximo. Sendo assim, o uso do futuro do pretérito, que a gramática considera como o máximo de polidez e cortesia, foi rechaçado nas enunciações de ordens nesse ambiente.

Resta-nos enfatizar que nessa análise de dados mostrou-se fundamental a análise da função, da intenção comunicativa e do emprego dos tipos de ordem dentro de um determinado contexto e tipo de relação existente entre os interagentes. Com isso, ratificamos que o ato de aprender uma língua não ocorre somente por meio da memorização de estruturas sintáticas e vocabulário, mas também através do aprendizado de como devemos interagir e nos comportar por meio do idioma. Essas expectativas fazem parte da cultura subjetiva de um povo de baixo ou alto contexto, além dos grupos sociais de dada sociedade. Tanto o professor como o aluno, ao se conscientizarem do ensino/aprendizagem desses aspectos, poderão navegar melhor nos pormenores da língua alvo.

## **5. Conclusão**

Este trabalho teve como objetivo classificar o ato de fala *ordem* utilizado por militares do Exército Brasileiro com seus aspectos sociointeracionais e culturais subjacentes. Para atingir este objetivo geral, propusemos uma classificação própria de tipos de enunciados de ordem e confeccionamos, aplicamos e analisamos um questionário com os referidos enunciados, retirados de gravações em áudio, sobre quatro situações-problema.

Acreditamos que uma explicação para o problema levantado nesse trabalho foi inteiramente contemplado, à medida que na análise de dados conseguimos identificar os elementos lingüísticos e os padrões de diretividade e indiretividade nas ordens enunciadas por militares; conseguimos confrontar o ritual da ordem tomando por base a distância de poder e a proximidade social entre os interlocutores; relacionamos, de acordo com a distância de poder e a proximidade social entre os interlocutores, as diferenças ou semelhanças lingüísticas das ordens no meio militar; confrontamos o ritual da ordem tomando por base o contexto situacional de urgência e não urgência entre os interlocutores; e conseguimos relacionar, de acordo com contexto situacional de urgência, as diferenças ou semelhanças lingüísticas entre as ordens no âmbito militar.

Pesquisas futuras nessa mesma área e de acordo com a nossa proposta de categorização vão enriquecer e contribuir ainda mais para o tema proposto. Dessa maneira, evitamos o esquecimento de que, ao aprender uma língua estrangeira, o homem se torna um membro de uma determinada comunidade lingüística estranha a sua

original, e começa a refletir sobre a língua do outro e a sua própria língua. Ensinar uma língua estrangeira, em particular PL2E, é também ensinar o funcionamento dos atos de fala e de suas expectativas na interação. É ensinar o conjunto de regras pragmáticas nas estruturas formais desses atos e o seu valor ilocucionário, além do seu uso adequado de acordo com o contexto, o tipo de relação dos interactantes e as expectativas culturais. Todos esses aspectos foram levados em consideração nesse trabalho, pois sem eles estamos expostos a mal-entendidos quando estabelecemos contato com estrangeiros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, John L. *How to do things with words*. 2ª ed. Cambridge: University Press, 1975.

BENNETT, M.J. (Ed.). *Basic Concepts of Intercultural Communication: selected readings*. Yarmouth, EUA: Intercultural Press, 1998.

\_\_\_\_\_. Becoming interculturally competent. In: *Toward multiculturalism: A reader in multicultural education*. Newton, MA: Intercultural Resource Corporation, 2004.

BROWN, P; LEVINSON, S.C. Universals in language usage: politeness phenomena. *Question and politeness*, Cambridge: University Press, 1978.

\_\_\_\_\_. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: University Press, 1987.

CASTILHO. A. T de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.

GOFFMAN, Erving. *Relations in public: microstudies of public order*. Middlesex UK: Penguin Books, 1971.

HOFSTEDDE, Geert et ali. *Cultures and organizations: software of the mind*. 3ª ed. New York; Chicago; San Francisco: McGraw-Hill, 2010.

\_\_\_\_\_. Cultural Dimensions. Disponível em: <<http://www.geert-hofstede.com/brazil.html>>. Acesso em: 06 fev. 2015.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Os atos de linguagem no discurso*. Trad. Fernando Afonso de Almeida e Irene Ernest Dias. Niterói: EdUFF, 2005.

MEYER, R. M. de B. Should I call you a senhora, você or tu? – dificuldades interacionais de falantes de inglês aprendizes do português do Brasil. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Palavra nº13: português como segunda língua para falantes de inglês*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2004. P. 79-87.

\_\_\_\_\_. Para o bem ou para o mal: a construção de identidade pelo falante de PL2E a partir de estereótipos de brasilidade – uma questão cultural. In: MEYER, R. M. de B.;

ALBUQUERQUE, A. (Org.) *Português para Estrangeiros: questões interculturais*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013. P. 13-34.

NASCIMENTO, E. P. do. *A modalização deontica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas*. Fórum lingüístico, Florianópolis, v.7, n.1 (30-45), jan-jun, 2010.

NEVES, Maria Helena de Moura *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, M. do C. L. Polidez e interação. In: CALDAS-COULTHARD, C.R. & SCLIAR-CABRAL, L. *Desvendando Discursos. Conceitos básicos*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008. P. 197-224.

SEARLE, John R. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SIEGEL, S.; CASTELLAN JR, N. J. *Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento*. Trad. Sara Ianda Correa Carmona. 2 ed. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2006.

#### ANEXO – PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO

**Marque um X na resposta que julgar mais adequada:**

(I) Imagine-se dando uma ordem a um subordinado. Esta ordem é urgente.

**Atenção:** Existe uma grande distância hierárquica entre superior e subordinado.

**Como falaria nesse caso?**

1.  Silva, faça isso.
2.  Silva, pega lá aquele documento para mim.
3.  Eu quero que você, /.../, faça com que a sua equipe resolva esse problema...
4.  Silva, você vai pegar a sua equipe, vai entrar nas viaturas.
5.  Silva, /.../ eu gostaria que você observasse as diretrizes que foram emitidas /.../
6.  Ô, Silva, você pode fazer esse ofício para mim?

**Qual alternativa não usaria nessa situação?**

1  2  3  4  5  6

**Por quê?**

- Muito impositiva
- Impositiva
- Suavizada
- Muito suavizada

(II) Imagine-se como um superior dando uma ordem a um militar da mesma patente que a sua. Esta ordem é urgente. **Atenção:** Os dois militares trabalham juntos há muito tempo e são amigos.

**Como falaria nesse caso?**

1.  Silva, faça isso.
2.  Silva, pega lá aquele documento para mim.

3.  Eu quero que você,/.../, faça com que a sua equipe resolva esse problema...
4.  Silva, você vai pegar a sua equipe, vai entrar nas viaturas.
5.  Silva, /.../ eu gostaria que você observasse as diretrizes que foram emitidas /.../
6.  Ô, Silva, você pode fazer esse ofício para mim?

**Qual alternativa não usaria nessa situação?**

1  2  3  4  5  6

**Por quê?**

- Muito impositiva
- Impositiva
- Suavizada
- Muito suavizada

(III) Imagine-se dando uma ordem a um subordinado. Agora, esta ordem **não** demanda urgência. **Atenção:** Existe uma grande distância hierárquica entre superior e subordinado.

**Como falaria nesse caso?**

1.  Silva, faça isso.
2.  Silva, pega lá aquele documento para mim.
3.  Eu quero que você,/.../, faça com que a sua equipe resolva esse problema...
4.  Silva, você vai pegar a sua equipe, vai entrar nas viaturas.
5.  Silva, /.../ eu gostaria que você observasse as diretrizes que foram emitidas /.../
6.  Ô, Silva, você pode fazer esse ofício para mim?

**Qual alternativa não usaria nessa situação?**

1  2  3  4  5  6

**Por quê?**

- Muito impositiva
- Impositiva
- Suavizada
- Muito suavizada

(IV) Imagine-se como um superior dando uma ordem a um militar da mesma patente que a sua. Agora, esta ordem **não** demanda urgência. **Atenção:** Os dois militares trabalham juntos há muito tempo e são amigos.

**Como falaria nesse caso?**

1.  Silva, faça isso.
2.  Silva, pega lá aquele documento para mim.
3.  Eu quero que você,/.../, faça com que a sua equipe resolva esse problema...
4.  Silva, você vai pegar a sua equipe, vai entrar nas viaturas.
5.  Silva, /.../ eu gostaria que você observasse as diretrizes que foram emitidas /.../
6.  Ô, Silva, você pode fazer esse ofício para mim?

**Qual alternativa não usaria nessa situação?**

1  2  3  4  5  6

**Por quê?**

- Muito impositiva
- Impositiva
- Suavizada
- Muito suavizada